

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXIII (Fasc. 1-2)

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. I

PORTO
SOCIÉDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1993

ARQUEOLOGIA E EPIGRAFIA — UMA COMPLEMENTARIDADE A POTENCIAR

por

José d'Encarnação *

Resumo: Desde sempre que se considerou imprescindível conhecer o contexto arqueológico das epígrafes, mormente em relação à época romana. Só assim o monumento assumiria o seu real valor como fonte histórica. Escassos serão, porém, os monumentos epigráficos identificados *in situ*. Daí que, hoje em dia, uma análise cuidada da tipologia do monumento esteja a permitir, com surpreendentes resultados, a "reintegração" da epígrafe no seu contexto original e, por essa via, uma melhor compreensão do fenómeno da aculturação também nos seus aspectos formais. Apontar-se-ão exemplos concretos do território nacional, salientando a metodologia utilizada e a utilizar.

Palavras-chave: Arqueologia e epigrafia. Contexto arqueológico. Aculturação.

Durante largas décadas, a Epigrafia Romana viveu deslumbrada com o texto e apenas a sua interpretação parecia deliciar as tertúlias dos académicos e as elucubrações dos filólogos.

Depois, o interesse pela decoração e seu simbolismo, a preocupação de definir o exacto local de achamento dos monumentos aliada a mais adequado estudo do seu conteúdo textual fizeram com que as epígrafes se guindassem a plano superior como fonte histórica privilegiada para o historiador da Antiguidade Clássica.

Agora, a atenção ao monumento total levou-nos a repensar a sua função, a sua integração espacial. Entrámos, assim, nos vastos domínios da Arqueologia, em contribuição eficaz para a interdisciplinaridade que, hoje, amiúde e avisadamente, se preconiza.

Na verdade, o objectivo primordial da Arqueologia Clássica é, sem dúvida, o de procurar reconstituir, digamos assim, a *paisagem monumental* em que

* Universidade de Coimbra.

os Romanos se movimentavam.

Ora a Epigrafia, entendida desta forma, vem precisamente fornecer a esse objectivo dados do maior interesse, uma vez que o texto explicitava, por vezes, que tipo de monumento ali se encontrava (menção que, aliás, frequentemente se omitia porque evidente, o monumento estava ali à vista de todos...); a data em que ele fora erigido ou reparado; as circunstâncias em que tal reconstrução ou edificação se deu.

Agora, porém, vai-se mais longe: o que se pretende é uma maior atenção à forma. Até há pouco, só o texto se privilegiava, só a face epigrafada se fotografava e, lá quando era, também se ligava importância à forma como a decoração se apresentava. Actualmente, verifica-se bem a (in)existência de encaixes; se é ou não monumento trabalhado nas quatro faces; como é que assenta (no solo, num soco...). Dizendo por outras palavras: interessa-nos saber como é que a inscrição era vista e, portanto, onde estava colocada¹. Esse, o caminho para, através do monumento epigráfico, chegarmos a uma melhor compreensão do espaço inicial, daí resultando igualmente maior capacidade de reconstituirmos os seus monumentos em ruínas.

Dir-se-á que não estamos perante novidade nenhuma. Sempre terá sido essa uma preocupação dos epigrafistas e dos arqueólogos também.

Não ousou negá-lo. E apontarei mesmo um dos casos em que foi a observação atenta que permitiu mostrar eficazmente, na exposição do Museu Nacional de Arqueologia inaugurada em Outubro de 1989, uma peça tão difícil, à primeira vista, de musealizar como o bloco paralelepípedo procedente de Alcácer do Sal cuja inscrição em memória do imperador Augusto e datada de 5/4 a. C. diz, no seu final, apenas: VICANVS BOVTI F(*ilius*) SACRVM (IRCP 184). Não há dúvida que o indígena Vicano foi o dedicante, mas ocorreria perguntar: a que se refere SACRVM, «consagrado»? O uso do neutro advirá de ser essa uma palavra estereotipada ou terá um significado preciso? Por outras palavras, é Vicano que se consagra ou outra coisa qualquer? Continuo a não ter dúvidas de que é propositado o recurso a esta forma no final do texto². De facto, consagrado é o edifício mas, numa mística de culto imperial na sequência da chamada *devotio* ibérica (Étienne 1958 75-80), não me parece que, com o seu acto benemerente, Vicano se não queira consagrar também ao génio imperial. Que

¹ Vide SUSINI 1988. Escreve o autor a dado passo: «Il bisogno di afferrare l'essenziale di una scrittura porta a pratiche di scelta dei caratteri (righe più visibili, da lontano, senza fermarsi) e quindi a selezioni d'importanza del visibile nei testi, nonchè a regole d'impaginazione di particolare accuratezza» (p. 109).

² Quando, em Outubro de 1988, formulei esta opinião, a Prof^a Carmen Castillo foi peremptória: «*Sacrum* sin duda si refiere al *monumentum*: la forma neutra deja claro que no se trata del dedicante» (Encarnação 1988 169).

tem isto a ver com a exposição no Museu Nacional de Arqueologia? É que, devido a esta reflexão, sabiamente se soube mostrar a pedra em dois alvéolos: dum lado, como elemento de construção, porque se trata de bloco a integrar numa parede; do outro, o epigrafado, como manifestação do culto imperial.

Propus-me, portanto, realçar aqui — mais uma vez — quão importante se torna a determinação do contexto original da epígrafe. Assim se logrará melhor compreensão do ambiente em que os Romanos viviam. «Não se acende uma candeia para a colocar debaixo do alqueire» (Mateus, 5, 15). Também uma inscrição — salvo raras e bem definidas excepções — se destinava a ser lida e, se possível, pela maior número de pessoas — como, aliás, hoje preconizam as melhores leis do *marketing* e da publicidade.

Como fazer?

A minuciosa análise do monumento total e a observação atenta da paginação dar-nos-ão pistas eloquentes.

Que novidades daí poderão advir?

Para responder, há que apresentar exemplos. Nada, porém, de surpreendente se dirá. A maior parte das vezes, aliás, a sensação do óbvio — como no episódio do ovo colombiano — vai apoderar-se de nós. Mas será exactamente como então: só depois de se ver...

Vou apontar duas séries de testemunhos: os que deram resultados, os que poderão vir a trazê-los.

Não serão quiçá os mais eloquentes — que a lista é já bem longa, mesmo cingindo-nos apenas ao território nacional. Creio, todavia, serem bastantes para despertar a atenção para uma complementaridade a potenciar.

A PAISAGEM RURAL

A identificação dos bancos graníticos com miliários por cortar, no Gerês (Baptista & Lemos 1992), trouxe uma explicação para a sua abundância na Geira: era fácil, aquando da nomeação imperial ou por ocasião duma comemoração importante, cortar mais um, gravá-lo e plantá-lo logo ali, que a via a escassos metros passava. Já na zona da actual Catalunha, por exemplo, o procedimento teve de ser diferente, porque a matéria-prima escasseava e, por isso, a regravação foi prática constante (Fabre *et alii* 1991 n.º 192).

Houve, nos finais do século XIX — e hoje a tentação ainda persiste —, a ideia de que, para melhor se preservar uma inscrição rupestre, urgia cortá-la do resto do rochedo onde se encontrava. Facilmente se compreenderá que, desgarrada do seu contexto, a epígrafe perde muito do seu significado e valor.

Imagine-se o que seria chegar a Panóias e decidir que, perante a deletéria acção dos agentes erosivos, os textos deveriam dar entrada num museu!...

A PAISAGEM RELIGIOSA

A omissão do teónimo em inscrições votivas é, já o sabemos, sintoma de que o monumento se destinava a ser posto num santuário (Encarnação 1985-1986). No entanto, só a descoberta dum desses santuários ainda praticamente intacto, em Sirmium (Jeremic *et alii* 1988), é que veio desvendar como é que, na realidade, a colocação dos ex-votos se processava, sem grandes preocupações de ordenação estética, como se o acto devoto ficasse consumado com essa deposição.

No estudo que fiz sobre o pedestal votivo de Amares, pude concluir, através da análise formal, que ele documentava «a existência de importante local de culto que serviria obviamente um aglomerado populacional relevante» (Encarnação 1985).

O monumento CIL II 21 foi por mim considerado uma placa, porque, desde que se identificara, sempre estivera embutido na parede dum edifício (IRCP, p. 218). Dedicada por Gaio Átio Januário ao deus Esculápio postulava, como placa que era, a existência dum templete onde primitivamente fora encastrada. Como a inscrição se referia à realização de festas, imaginar-se-ia ainda a sua integração numa qualquer parede de recinto festivo. Sucede, porém, que, retirado o monumento da parede, se verificou ser uma ara com mais de um metro de altura. O contexto inicial terá sido, portanto, totalmente diferente e diferente é também o significado a atribuir-lhe: ganhou novo argumento a tese que defendia a presença dum templo a Esculápio em Santiago do Cacém e, por conseguinte, a existência duma grande devoção a esta divindade por parte dos habitantes sai, agora, substancialmente reforçada.

Reflexão especial devem merecer as ámulas votivas. Onde seriam colocadas? Em templos? Mas o recente achamento de vários desses monumentos em Conímbriga (Garcia 1987, Étienne 1990) leva-nos a pensar que eles figurariam amiúde no larário familiar. Uma conclusão que muito interessaria cotejar com referências literárias.

Um estudo mais aprofundado dos monumentos votivos levar-nos-á, pois, a conclusões assaz importantes não só do ponto de vista das crenças individuais como também das manifestações religiosas comunitárias. A pequena ara que Lino Tavares Dias acaba de exumar no Freixo, dedicada a várias divindades, que ostentava, no sítio do *foculus*, um *turibulum* de prata, estava seguramente,

como o seu descobridor sustenta, numa ábside do *forum* citadino, local de culto público. O facto de estar inscrita nas quatro faces implica, por outro lado, uma celebração ritual em seu redor.

Aliás, por falar em *forum*, não se me afigura outro o local a que se terá destinado o pedestal, identificado em Sines, que ostentava uma estátua (*signum*) do deus Marte Augusto mandada erigir por testamento dum sêxviro augustal (Encarnação 1992). Partindo do princípio que o monumento, recuperado das muralhas do castelo, é certamente proveniente do próprio núcleo urbano, essa singela atestação leva a interrogar-nos seriamente sobre qual terá sido o verdadeiro estatuto administrativo do aglomerado populacional que, ao tempo dos Romanos, se situava na Sines actual.

A PAISAGEM URBANA

É, portanto, no âmbito da paisagem urbana que o avanço dos estudos epigráficos vai trazer doravante algumas inovações.

Já tive ensejo de sublinhar, em artigo a publicar no volume XLV (1993) da revista *Humanitas*, que a primeira parte do chamado «Padrão dos Povos» de Chaves deve ser interpretada como índice cronológico (e não honorífico), retomando-se, assim, uma ideia que já outros autores haviam explanado; e que a ausência da identificação da obra realizada pela Legião VII Gémina e pelas doze *civitates* se justifica cabalmente porque o marco se destinava a ser colocado no sítio mesmo da obra. Uma obra que não pode deixar de ser viária, porque, como muito bem frisou Giancarlo Susini (1988), a forma cilíndrica é a que melhor se adequa a uma leitura em movimento.

A epígrafe referente a um *subsellarius*, identificada em Évora, deu-nos a prova — epigráfica antes da arqueológica — de que nessa cidade existiu um teatro romano, porque *subsellium* é assento comum neste edifício e porque a forma levemente abaulada da superfície epigrafada sugere que se trata do espaldar do assento (Encarnação 1990 247-252).

A circunstância de se ter retirado da parede onde desde há séculos se encontrava fez com que a dedicatória da *civitas Aruccitana* a Agripina ganhasse outra dimensão: deixou de ser simples placa (pois somente o texto estava à mostra) para se transformar no pedestal, provavelmente duma estátua sentada, da neta de Augusto reabilitada por seu filho Cálculo³.

³ Cf. Encarnação 1989. Deve corrigir-se um lapso aí cometido na transcrição do texto: leia-se *N(epti)* em vez de *N(epoi)*.

a) A homenagem da *civitas Aravorum*

É também desde longa data conhecida uma epígrafe existente no Museu Regional da Guarda, registada sob o nº 112, procedente da freguesia de Marialva, concelho de Meda. No entanto, apesar de ser já vasta a bibliografia que se lhe refere⁴, talvez ainda se não haja dado a devida atenção às informações que o monumento fornece.

Em primeiro lugar, é de mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa — um material estranho à região, predominantemente granítica. Logo, por esse motivo, uma nota de prestígio.

Depois, embora o pareça — designadamente se observarmos apenas a molduração da sua face dianteira⁵ — a peça não é uma ara nem uma «base» como lhe chamou Eugénio Jalhay. É uma placa, porque está simplesmente aliçada nas outras faces: servia para embutir num edifício. Aliás, apesar de não me ter sido possível fazer dela medições rigorosas, posso adiantar que não excederá os 65 cm de altura por 25 de largura e 15 de espessura.

O texto consagra uma homenagem prestada ao imperador Adriano, no ano 118⁶, pela *civitas Aravorum*. Não se explicita a razão da dedicatória, mas ela

⁴ Hübner (CIL II 429) colheu-a, por exemplo, do *Elucidário* de Viterbo (volume I, datado de 1798) onde, sob o vocábulo *Aravor* (pp. 549-550), se pode ler:

«Aqui se achou há mais de cem anos uma primorosa base de jaspe branco, com dois palmos e quarta de alto, palmo e quarta de largo, que foi levada à residência dos alcaides-mores daquela vila, que está fora dos muros. Ali se acha ao presente inserida em uma parede, e bem conservada no quintal das mesmas casas. Nela se lê, exarada com belíssimos caracteres, a inscrição seguinte» (e transcreve o texto).

Pinho Leal — que, como se sabe, segue de perto as informações de Viterbo — transcreve também a informação no seu *Portugal Antigo e Moderno* (volume V, pp. 70 e 72). Leite de Vasconcelos refere-se-lhe n' *O Archeologo Português* (7 1903 13). Será, contudo, o P.e Eugénio Jalhay quem, ao estudar as inscrições do Museu da Guarda (*Brotéria* 50 1950 567-570) dedicará maior atenção a esta epígrafe, transcrevendo tudo o que até então dela se dissera. Daí o texto passará para a *Hispania Antiqua Epigraphica* (nº 233), para *L'Année Epigraphique* (1954 87) e José Vives também o integrará no seu *corpus* (ILER 6045). Adriano Vasco Rodrigues alude à importância do monumento na monografia que redigiu em 1983: *Terras da Meda — Natureza e Cultura* (pp. 70-71). Depois disso, as referências feitas tanto por Jorge de Alarcão, nas suas sínteses sobre o Portugal romano (recordo, a título de exemplo, *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 43), como por Vasco Mantas (v. g. in *Religio Deorum* cit., p. 237, nota 50) dizem respeito à localização dos *Aravi*.

⁵ Trata-se de uma molduração que ousaria classificar de «clássica»: na parte superior, a um reglete segue-se uma gola encurtada; em baixo, pode distinguir-se um toro seguido de listel, bocel reverso e ranhura.

⁶ E não em 119 como traz Robert Étienne (1958 474). Não está, de facto, bem legível na pedra o número do poder tribunício; contudo, se tivermos em consideração que Adriano foi cônsul pela segunda vez apenas durante o ano de 118, fácil é deduzir que é II o número a restituir, pois que o imperador assumiu o segundo poder tribunício desde 10 de Dezembro de 117 a 9 de Dezembro de 118.

prender-se-á decerto com o clima de euforia que se vivia na Hispânia pela subida ao trono imperial de um peninsular, circunstância justamente assinalada pelo próprio imperador nas moedas que mandou cunhar (Étienne 1958 467-49). Aliás, será interessante assinalar que é esta, na ordem cronológica, a primeira homenagem conhecida (cf. Étienne 1958 474). E, pelos vistos, em sua honra se terá levantado um edifício: um templo? Uma edícula? Seja como for, um monumento a ocupar lugar de destaque no coração urbano da *civitas*. E este é um dado que importa não esquecer.

b) O bloco de S. Romão

Já que estamos nas Beiras, talvez convenha sublinhar a semelhança existente entre o bloco achado em Cabeço do Crasto, freguesia de S. Romão, concelho de Seia, minuciosamente estudado por Amílcar Guerra (1989), e o bloco de Alcácer do Sal a que me referi logo no início desta comunicação. A sua função como elementos arquitectónicos é incontestavelmente idêntica. «Trata-se certamente de um elemento integrado num monumento, embora seja difícil determinar a natureza deste», escreve Amílcar Guerra (*ibidem*, p. 425).

Para Vegeto, filho de Talabaro, o mais importante era a cronologia, atestar para o futuro que, naquele ano de 217 d. C., em que foram cônsules Gaio Brútio Presente e Méssio Extricato (este pela segunda vez), ele fora nomeado edil e, nessa função, fora benemerente para com a comunidade que o elegera, construindo um edifício. E quer se aceite a interpretação de Amílcar Guerra para o S final — *sacravit*, «consagrou» — quer aí se restitua, como também se me afigura possível, atendendo precisamente ao paralelo de Alcácer do Sal, *s(acrum)*, a eventualidade de estarmos perante um templo ao culto imperial ganha consistência, tanto mais que o próprio arqueólogo refere a existência, no local, «de grande quantidade de blocos aparelhados, frequentemente almofadados, de tal modo que logo levantámos a hipótese de pertencerem a um ou mais edifícios de certa importância» (*ibidem*, p. 426).

Ora, em 217, subiu ao poder o imperador Macrino, mas o seu nome não figura no monumento como seria normal. Não podemos, porém, esquecer que se estava já numa fase em que os reinados imperiais tendiam para a brevidade e, por isso, não seria quiçá muito prudente identificar com precisão qual o imperador homenageado; aliás, a utilização da datação consular pode radicar igualmente nesse raciocínio "político"...

De resto, não deixa de ser curioso verificar que Robert Étienne não registou qualquer dedicatória a Macrino na epigrafia peninsular (1958 506), porque

não teve em consideração o miliário CIL II 4789, da via XVII (*Bracara — Asturica*), achado em Vilarandelo (concelho de Valpaços) e dedicado a Macrino e a seu filho Diadumeniano. Alain Tranoy (1981 398) dá a entender que este miliário se deverá datar do «reinado conjunto de Macrino e de Diadumeniano, em 218»; contudo, Diadumeniano foi nomeado César em 217 e, por isso, não vejo, de momento, qualquer inconveniente em poder datar também desse ano esta homenagem. E falo em homenagem, não apenas por perfilhar a tese de Pierre Salama (segundo a qual, a partir do século III os miliários detêm funções honoríficas), mas porque os nomes imperiais vêm expressamente em dativo e Diadumeniano é chamado de «príncipe da juventude»⁷.

Um eco, em S. Romão, da elevação de Macrino ao trono imperial, substanciado na construção de um edifício implicitamente em sua honra, parece-me, por conseguinte, hipótese a considerar. Resquício dum culto imperial que já quase se encontra em estertor, numa região onde o conservadorismo sempre foi nota dominante? Porque não?

c) O pseudo-miliário de S. Cláudio

Falámos de casos em que a análise do monumento epigráfico total permitiu adiantar conclusões. Apontemos, agora, dois dos vários exemplos em que o facto de a epígrafe ainda estar incorporada num imóvel oculta parte significativa do seu contributo como fonte histórica.

O primeiro pode ser o «pseudo-miliário de S. Cláudio», para usarmos da feliz expressão de Alain Tranoy (1980).

Trata-se de uma epígrafe conhecida desde, pelo menos, os finais do século XIX e que está metida, em lugar de destaque, numa das paredes interiores da capela dita de S. Cláudio, situada entre as povoações de Gostei e de Fromil, no concelho de Bragança. Hübner cita-a entre os miliários (CIL II 6217) e essa foi, durante muito tempo, a sua classificação científica, apesar de a tradição local a ter considerado o epitáfio de S. Cláudio (cf. Lopo 1987 46). Alain Tranoy chamou oportunamente a atenção para «a descrição feita por ocasião da sua descoberta» que «indica claramente que se trata de um bloco paralelepípedo» (*ibidem*, 590-591).

⁷ Este miliário vem referido por José Vives (ILER 6041) e foi recentemente estudado por António Rodríguez Colmenero (1987 412 n.º 296), que identificou outro igual em Sá, povoação muito próxima de Vilarandelo (*ibidem*, n.º 297). Um terceiro miliário, achado na freguesia de São Julião (concelho de Chaves), também referenciado por Rodríguez Colmenero (*ibidem*, n.º 298), apenas dedicado a Macrino, já é de leitura mais problemática. Cf. *Hispania Epigraphica* 1990 861 e 888.

Na verdade, estamos perante um cipo, de 68 cm de largura, que diz apenas: TI(berio) CLAVDIO / CAESARI A/VG(usto) GERMA/NICO IMP(eratori).

Uma dedicatória ao imperador Cláudio (41-54), sem qualquer notação de índole cronológica e, note-se, desprovida de dedicante, porque — ao contrário do que poderia supor-se (e em ILER 1970 isso ainda se dá a entender) — o texto está completo.

Alain Tranoy interessou-se, de modo particular, como o próprio título da sua nota indica, pelo valor deste documento para a determinação dos limites entre os *conventus Bracarum* e *Asturum*. E na sua dissertação de doutoramento refuta de novo o seu carácter de miliário, classificando-o ora como «placa honorífica» ora como «placa votiva» (1981 160 e 329).

Será, pois, interessante que, um dia, quando se realizarem obras de restauro na capela, se ponha a descoberto todo o monumento, porque deve ser, na verdade, um «bloco paralelepípedo» e não uma placa (e estamos a recordar o que acima dissemos a propósito, por exemplo, da dedicatória a Agripina ou da ara a Esculápio). O bloco deve ter sido aproveitado como material de construção numa parede cuja espessura é deveras considerável. Cientes desde logo da importância que poderiam ter aqueles dizeres, deixaram-nos à vista e avivaram-nos até.

Ora, se é um bloco, o monumento deve classificar-se como cipo. E o seu lugar original era, não há dúvida, o *forum* de importante aglomerado populacional. Daí, a ausência de dedicante. Daí, a ausência de cronologia, quer porque a homenagem foi prestada logo no começo do reinado, quer porque se entendeu que uma marca cronológica faria perder actualidade a algo que se desejava perene. Daí, o grande espaço deixado em baixo pelo *ordinator*, porque o texto se destinava a ser lido à altura dos olhos.

E que *forum*? Francisco Sande Lemos terá oportunidade de o explicitar na dissertação de doutoramento que vai defender em breve. Gostei situa-se a dois passos do local habitualmente considerado como o da implantação da *civitas Zoelurum*. É de lá seguramente esta homenagem.

d) *Conditum sub...*

Mais enigmática poderá ser a epígrafe, incompleta, que se encontra embutida numa parede da catedral de Braga, reutilizada também como bloco de construção, e que reza o seguinte:

CONDITVM SVB [...]

IMP. CAESARIS . [...]

PATRIS . PATRI[...]

O texto estende-se, portanto, na horizontal. Não é possível, à primeira abordagem, tirar conclusões acerca do que falta à direita, mas a reconstituição que tem sido feita

CONDITVM SVB DIVO EX IVSSV
IMP. CAESARIS . AVGVSTI DIVI F.
PATRIS . PATRIAE PONTIF. MAX.

aponta no sentido de se considerar preservada metade do monumento original. Não me parece demasiado, justamente porque, em meu entender, a epígrafe foi pensada para exercer as funções de lintel de porta. Daí, pelas suas dimensões, a reutilização posterior.

Claro que, mais uma vez, só quando houver oportunidade de retirar o bloco é que, porventura, se poderá confirmar esta opinião de estarmos, de facto, perante singelo texto monumental a documentar a data da construção (*conditum sub*, «construído ao tempo de...»). E, talvez por isso, importe desde já tecer algumas considerações a tal propósito.

Conhece-se esta epígrafe desde há muito. Hübner (CIL II 2421) é o primeiro que apresenta a reconstituição indicada, mas será Leite de Vasconcelos (1913 486-488) quem a integrará num contexto religioso, na cerimónia de «enterrar o raio», *fulgur condere*. Fazia-se um *puteal*, ou seja, uma vedação, em forma de bocal de poço, para rodear o sítio onde o raio caíra, e aí se «gravava uma inscrição atinente à cerimónia» (*ibidem*, 487). E Leite de Vasconcelos, depois de traduzir o final da inscrição — «foi aqui enterrado um raio, em campo descoberto» — conclui: «A pedra deve pois ter pertencido a um *puteal*» (*ibidem*, 488).

Ao rever a epigrafia de *Bracara Augusta*, Alain Tranoy vai, por conseguinte, chamar a atenção para a importância deste documento, cuja função, em seu entender, ainda não fora «suficientemente valorizada». É que, afirma, «bien que fragmentaire, le texte est assez explicite et évoque la procuration de la foudre sur l'ordre d'Auguste par la formule» e transcreve a inscrição de acordo com a versão hübneriana (1980 70). Devido à menção do título Pai da Pátria, a epígrafe, que se refere sem dúvida ao imperador Augusto, não pode ser anterior ao ano 2 a. C. e, como «o raio ocupou um lugar importante nas concepções religiosas de Augusto e na sua vida pessoal» (continuo a citar o raciocínio de A. Tranoy), há que deduzir daí que «uma parte do solo de *Bracara Augusta* estava marcada pelo sinal de *Jupiter* e se tornava um *locus religiosus*, oficialmente reconhecido pelo imperador e comemorado por esta placa» (*ibidem*).

A fundação da cidade pelo imperador Augusto revestiu-se, conseqüentemente, do mais solene carácter sagrado (Tranoy 1981 318; Martins & Delgado 1989-1990 14-15).

Não serão muitos os textos a pôr em paralelo com este. A. Tranoy (1981 318) cita ILS 3054, 3055 e 3056. O segundo destes é de Nîmes (CIL XII 3048) e diz: FVLGVR / DIVOM / CONDITVM; e O. Hirschfeld, o autor deste *corpus* das inscrições latinas da Gália Narbonense (Berlim 1888), juntou-lhe mais dois textos, procedentes do mesmo local: o 3047, que diz FVLGVR / DIVOM, e o 3049, FVLGVR / CONDITVM / DIVOM. Segundo penso, trata-se de altares, o que se enquadra cabalmente no clima religioso que se deseja criar.

Será que, afinal (escusar-me-ão a insistência), a pedra da Sé de Braga não detém senão um mero carácter informativo, monumental, sem a ímpar conotação religiosa que lhe quiseram atribuir? Se fosse pedra de *puteal* teria essa forma e essas dimensões?

Perguntas a que a retirada da epígrafe poderá eventualmente dar resposta.

Talvez se possa dizer, depois destas breves reflexões, que estamos a fechar um ciclo.

Com efeito, quando, em meados do século XIX, as nossas disciplinas — a Arqueologia, a Epigrafia, a Numismática... — começaram a romper, elas foram acantonadas no reduto menor das chamadas «ciências auxiliares». Um homem como Leite de Vasconcelos (1858-1941) poderá ser, entre nós, o símbolo dessa geração e dessa época, uma vez que ele foi simultaneamente epigrafista, etnólogo, historiador das religiões, numismata, arqueólogo... Abel Viana (1896-1964) ou D. Fernando de Almeida (1903-1979) terão sido, quiçá, os seus últimos representantes portugueses.

Depois, designadamente a partir de meados da década de 60, mas sobretudo a partir da década seguinte, a Epigrafia começa a ganhar maturidade, a afirmar-se como disciplina autónoma. Não chega a virar totalmente as costas à Arqueologia, mas privilegia grandemente o monumento em si.

Hoje, como disse, o ciclo fechou-se: tanto os arqueólogos como os epigrafistas já perceberam que só a interdisciplinaridade resulta, porque os dados de que dispomos não são únicos, são complementares.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, ANTÓNIO MARTINHO; LEMOS, FRANCISCO DE SANDE. *A Geira romana na Serra do Gerês (Via XVIII do Itinerário de Antonino)*, Correio da Natureza, 17, 4º trimestre de 1992, 2-10.
- CIL II = HÜBNER, EMÍLIO. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 e 1892 (suplemento).
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *O culto ao Génio no Noroeste peninsular*, Cadernos de Arqueologia, série II, 2, 1985, 41-49.
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *Omissão dos teónimos em inscrições votivas*, Velcia, 2-3, 1985-1986, 305-310.
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *Culto e sociedade na Salácia romana*, Religio Deorum, Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia, *Culto y Sociedad en Occidente*, (Tarragona, 6-8/10/1988), Sabadell, s/d., 161-169.
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico*, Conímbriga, 28, 1989, 157-167.
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *Religião e cultura na epigrafia de Liberalitas Iulia (Subsídios para o seu estudo)*, Les Villes de Lusitanie Romaine, Paris, 1990, 233-253.
- ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *No tempo dos Romanos, Sines teve uma estátua do deus Marte*, O Distrito de Setúbal, 18-08-1992, p. 12.
- ÉTIENNE, ROBERT. *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958 (reimp. 1974).
- ÉTIENNE, ROBERT. *À propos d'une inscription retrouvée de Conímbriga*, Conímbriga 29, 1990, 129-136.
- FABRE, GEORGES; MAYER, MARC; RODÀ, ISABEL. *Inscriptions Romaines de Catalogne: III, Gerone*, Paris, 1991.
- GARCIA, JOSÉ MANUEL. *Da epigrafia votiva de Conímbriga. Observações e novos monumentos*, Conímbriga 26, 1987, 39-59.
- GUERRA, AMÍLCAR. *Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (S. Romão, Seia)*, Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1989, 425-430.
- ILER = VIVES, JOSÉ. *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972 (índices).
- ILS = DESSAU, H. *Inscriptiones Latinae Selectae*, Dublin-Zurique, 1974 (reimp.).
- IRCP = ENCARNAÇÃO, JOSÉ D'. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- JEREMIC, M.; MILOSEVIC, P.; MIRKOVIC, M.; POPOVIC, V. *Le sanctuaire des beneficiarii de Sirmium*, Religio Deorum, Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia, *Culto y Sociedad en Occidente*, Tarragona, 6-8/10/1988, Sabadell, s/d., 145-149.
- LOPO, ALBINO DOS SANTOS PEREIRA. *Apontamentos Arqueológicos*, Lisboa (IPPC), 1987.
- MARTINS, MANUELA; DELGADO, MANUELA. *História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta*, Cadernos de Arqueologia, série II 6-7 1989-90, 11-38.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, ANTÓNIO. *Aquae Flaviae. I. — Fontes Epigráficas*, Chaves, 1987.
- SUSINI, GIANCARLO. *Compitare per via — Antropologia del lettore antico: meglio,*

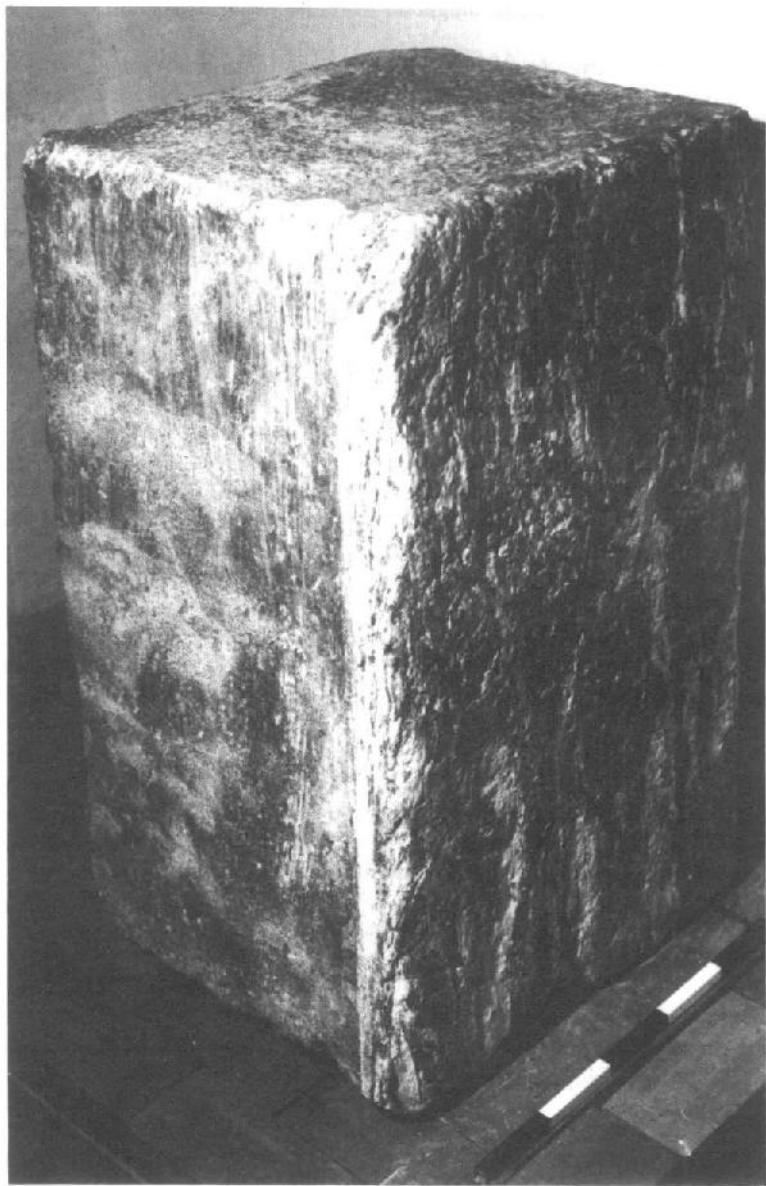
del lettore romano, Alma Mater Studiorum, I, 1, 1988, 105-124.

TRANOY, ALAIN. *Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães, 1980, III, 67-83.

TRANOY, ALAIN. *Le pseudo-milliaire de S. Claudio (Gostei, Bragança) et les limites orientales du conventus Bracarum*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia 23, 1980, 589-594.

TRANOY, ALAIN. *La Galice Romaine*, Paris, 1981.

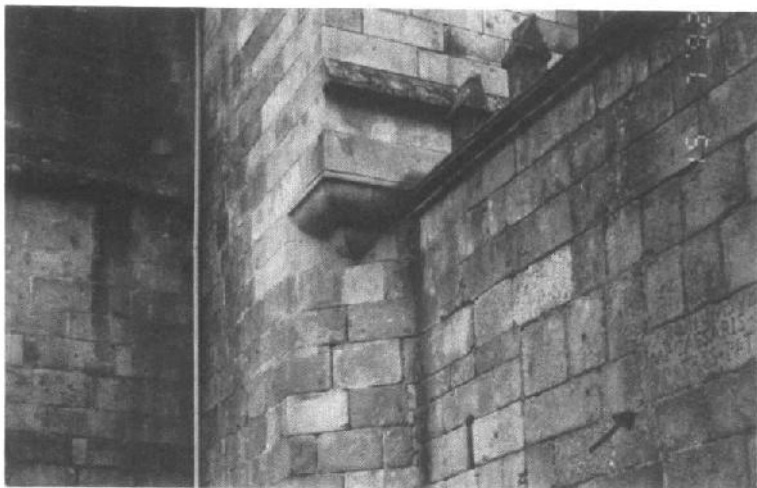
VASCONCELOS, JOSÉ LEITE DE. *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, 1913.



O pedestal com dedicatória a Agripina, no Museu Arqueológico de Moura.
(Foto de Guilherme Cardoso).



1 — Pedestal duma estátua a Marte Augusto. Museu Municipal de Sines.
(Foto de Guilherme Cardoso).



2 — Localização da epígrafe CIL II 2421, encastrada numa das paredes da Sé de Braga. (Foto de Manuela Delgado).